

Brasileiro já nasce devendo R\$ 5 mil

Dívida Pública
MARISE LUGULLO

BRASÍLIA – A dívida interna do Brasil alcançou níveis históricos no atual governo. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse, em 1995, o primeiro brasileiro que nasceu já veio ao mundo devendo R\$ 1 mil. No momento em que FH deixar o cargo, em janeiro de 2003, o primeiro brasileiro que nascer vai herdar uma dívida pública da ordem de R\$ 5,3 mil. Quem nasce hoje já deve R\$ 5 mil.

O levantamento foi feito por Reinaldo Gonçalves, professor de Economia Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo historiador Valter Pomar. Os dois acabam de fazer a primeira revisão de um livro sobre a dívida interna brasileira, que deve ser lançado ainda este ano. A pesquisa abrange desde o Segundo Reinado, iniciado em 1850, até os dias de hoje.

Para chegar a essa conta, eles dividiram o total da dívida pelo número de habitantes do país. Em 1995, a dívida líquida total era de R\$ 153 bilhões para uma população de 153,1 milhões de pessoas e deverá chegar, ao final de 2002, a uma relação de R\$ 900 bilhões para 170,7 milhões de habitantes. “O governo Fernando Henrique deixa uma herança dramática do ponto de vista da economia interna”, disse Gonçalves.

O endividamento da era FH foi tão grande que não deu margem a qualquer proteção. Se os pais do primeiro brasileiro que nasceu em janeiro de 1995 tivessem depositado os R\$ 1 mil numa caderneta de poupança, o problema dele não estaria resolvido. Aplicando em 1o. de janeiro daquele ano, o dinheiro em 31 de outubro de 2001 representaria R\$ 2.847,40 e em janeiro de 2003 chegaria a R\$ 3.148,83, cerca de 60% do valor per capita da dívida.

Se “dolarizasse” os R\$ 1 mil em janeiro de 95, aplicando os recursos em títulos cambiais – papéis corrigidos pela variação do dólar, que pagam 6% ao ano e que são os responsáveis por boa parte

do aumento da dívida pública – a conta não fecharia: em janeiro de 2003, incluindo todos os juros e considerando a cotação do dólar a R\$ 2,6820 (registrada em 1o. de novembro) o valor corrigido chegaria a R\$ 5.043,98, faltando 1,4 salário mínimo (R\$ 256,02) para completar a dívida do cidadão.

A era FH coleciona outros indicadores nada louváveis. Segundo o professor da UFRJ, é o pior em termos de gastos públicos e déficit em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). “Se compararmos os grandes períodos da história do Brasil, de 1995 até 2001 é quando se observam os piores indicadores”, assinalou.

Guerra – E a diferença para os demais é significativa. Gonçalves cita, por exemplo, um momento grave na história brasileira como o da Guerra do Paraguai. De 1865 a 1870, o país demandou muitos gastos militares. Ainda com D. Pedro II, houve outro choque: uma grande seca no Nordeste, que obrigou o governo a prestar ajuda financeira. Foram dois momentos em que houve um desequilíbrio fiscal grande, que levou a um contínuo endividamento público.

Assim mesmo, os gastos no Segundo Reinado eram da ordem de 10% do PIB; o déficit, de 2,4% e a dívida interna mobiliária (em títulos) de 25%. Na era FH, os gastos do Governo Central (Tesouro, INSS, Banco Central e empresas estatais federais) chegam a 16,2%, o déficit nominal (receita menos despesa, incluindo juros) é de 7% e a dívida mobiliária, de 31% do PIB.

Reinaldo Gonçalves aponta a abertura produtiva, financeira e tecnológica do país como a origem desses desequilíbrios. Na sua opinião, essa abertura ocorreu de forma muito rápida e ampla, em um grau incompatível com a realidade brasileira. Com isso, diz, a economia tornou-se extremamente vulnerável aos choques externos. “Isso foi eficiente para combater a inflação, mas deixou o país exposto aos choques internacionais. Quando isso ocorre, se vive crises cambiais recorrentes”, observou.

A partir daí, começa um círculo vicioso. O governo implementa políticas fiscal e monetária restritivas. Pelo lado fiscal, aumenta-se a carga tributária. Os recursos arrecadados servem, em boa parte, para pagar juros da dívida. Pelo lado monetário, impõe-se juros altos, para controlar o câmbio, o que desequilibra o orçamento público.

O resultado dessa política levou o governo a alcançar um déficit nominal de 8% do PIB. “A dívida é muito grande porque os juros são muito altos para atrair o capital estrangeiro e reduzir a renda das pessoas, a fim de diminuir a demanda pelas importações”, analisa.

E a dívida não aumentou em prol do crescimento econômico. Durante o governo Fernando Henrique, a média de expansão anual do PIB é de 2,4%. De acordo com Gonçalves, está entre as sete piores dos 28 chefes de Estado que ficaram pelo menos um ano no poder desde 1851.

Juros – As consequências da receita econômica utilizada já começam a ser sentidas. Com os juros altos, os empresários não investem porque é mais lucrativo aplicar o dinheiro. Se não investem, não geram empregos. O consumidor, por sua vez, deixa de comprar. Fazer uma prestação para a compra de um bem, por exemplo, torna-se mais caro. “Se gasta, se endivida e, endividando-se, se enrola”, resume Gonçalves.

A política fiscal restritiva, lembra o professor, tem efeito sobre os gastos públicos. Diminuem os investimentos em saúde, educação, infra-estrutura e outras áreas. Há ainda a face do aumento dos impostos, o que reduz a renda e o bem-estar dos trabalhadores.

Gonçalves aponta alguns caminhos para sair desse círculo. O primeiro deles é a queda dos juros. Além disso, considera que é fundamental reduzir a participação dos títulos indexados à variação cambial na dívida pública mobiliária. Atualmente, essa participação alcança 31,4% do total.



Para Gonçalves, governo FH vai deixar uma herança dramática na gerência da economia